

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Jose Cruz/Agência Brasil



Alckmin foi conquistando a confiança de Lula

Alckmin é a ponte que resta à direita

Se a escolha de Gleisi Hoffmann para a Secretaria de Relações Institucionais reforça a presença do campo mais à esquerda do PT, há dentro do governo um contraponto importante que mantém fortes as conexões mais ao centro e mesmo com o campo mais conservador, de direita, da sociedade. Esse contraponto é o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Ge-

raldo Alckmin. No fundo, Gleisi e Alckmin ajudam a definir o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Suas conexões se dão muito mais pelo campo afetivo, da amizade e da confiança, do que propriamente pelo campo ideológico. Lula confia em Gleisi. E, desde a aproximação para ganhar as eleições em 2022, aprendeu a gostar e a confiar em Alckmin.

Aliança

Na avaliação de uma pessoa próxima do vice-presidente, Alckmin, nas funções que exerce, no governo, seria a manutenção da "aliança em curso". Ou seja, se Alckmin uniu-se a Lula para ampliar suas chances ao centro e à direita, essa necessidade continua vital.

Alimentos

Foi por essa razão que Geraldo Alckmin foi escolhido para conduzir e ser o porta-voz das decisões do governo para baixar o preço dos alimentos. Diversos outros ministros envolvem-se. Mas é Alckmin quem fala com o setor produtivo. E o meio conservador não reage.



Redes sociais descobriram o bom humor de Alckmin

Perfil ajudou a construir a confiança de Lula

O perfil mais discreto e colaborativo de Alckmin ajudou a fortalecer a relação com Lula. Ele não costuma buscar destaque além das suas funções.

Não alimenta críticas a Lula e ao governo. E coloca-se sempre à disposição para as tarefas que o presidente destina a ele. Depois de todas as rugas e desconfianças vistas nos governos anteriores, entre Dilma Rousseff e Michel Temer e entre Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão. O que se comenta é que desfaz fumaça de intriga.

Conservador

Sugerida pelo hoje ministro do Empreendedorismo, Márcio França, a aliança de Lula com Alckmin visava mesmo a aproximação com o campo conservador. E é ele quem segue nessa mediação. Ajudou, por exemplo, a desfazer reações dos prefeitos à reforma tributária.

Humor

Um aspecto que surpreendeu Lula e outros no entorno do Planalto no início foi o bom humor de Alckmin. Inicialmente, imaginava-se dele um perfil sisudo. O clássico, como ficou conhecido, "picolé de chuchu". Mas encontraram alguém muito engraçado.

"Causos"

Do interior de São Paulo, de Pindamonhangaba, Alckmin é um ótimo contador de "causos", bem na linha sertaneja de nomes como Rolando Boldrin, também do sertão paulista, de São João da Barra. Histórias que não seriam boas com outros ficam engraçadas com Alckmin.

Redes

O vice acabou conseguindo levar esse bom humor para o estilo das suas redes sociais. Os cards com tiradas bem humoradas sobre as ações do governo têm sido compartilhados pelos demais ministros. O vice tem sido hábil em outro ponto: evitar o terrível ciúme político.

Orçamento tem discussão adiada mais uma vez

Segundo presidente da CMO, tudo fica para a semana que vem

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

O carnaval terminou, o mês de março chega à sua segunda semana, e o país segue sem orçamento. A expectativa de que o Congresso iria finalmente engrenar e começar a trabalhar de maneira profunda parece um pouco frustrada. A discussão do Orçamento 2025 no Congresso Nacional será novamente adiada. O relatório final do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025, elaborado pelo senador Angelo Coronel (PSB-BA), estava previsto para ser entregue e discutido na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional nesta terça-feira (11). Contudo, após um acordo entre o relator e o presidente da comissão, deputado Julio Arcoverde (PP-PI), ocorreu novo adiamento.

Os dois definiram que a CMO receberá o parecer do relator e discutirá o tema na terça-feira da próxima semana (18) e votará o orçamento na comissão na quarta (19). Aprovado o orçamento na CMO, o texto ainda seguirá para ser votado em sessão conjunta do Congresso. A data ainda não foi divulgada. Enquanto isso, o país, sem orçamento, tem suas possibilidades de gastos limitada.

2026

A alteração no cronograma, segundo Julio Arcoverde, visa a definição do Orçamento de 2026. A partir de 25 de março, a composição da CMO terá de ser alterada para analisar o Orçamento de 2026, onde serão eleitos um novo presidente e um novo relator. O Orçamento de 2025 inicialmente estava previsto para ser aprovado no Congresso Nacional em dezembro de 2024, mas a discussão teve que ser adiada diversas vezes devido à falta de acordo entre os poderes, em decorrência da disputa entre Legislativo e Judiciário sobre as



Julio Arcoverde adiou orçamento por mais uma semana

emendas parlamentares.

"Trabalhamos para garantir a aprovação do Orçamento dentro do prazo, assegurando com responsabilidade a alocação dos recursos públicos", declarou Arcoverde por meio das suas redes sociais. Apesar da frase, o atraso prossegue.

Emendas

Após um extenso período de embate entre os poderes, a situação das emendas está liberada. Na segunda-feira passada (3) o plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o plano de trabalho que trata de regras para garantir transparência e rastreabilidade às emendas. O plano foi elaborado pelo Congresso Nacional, juntamente com representantes do poder Executivo. As medidas que liberam as emendas parlamentares foram aprovadas, com ressalvas.

Porém, enquanto o Parlamento não aprova o orçamento no final da União, o governo somente tem autorização para executar despesas essenciais ou obrigatórias. Com isso, o go-

verno tem pressa na aprovação do Orçamento e pressiona o Congresso para defini-lo. Isso porque a falta de um Orçamento gera um desgaste entre Executivo e Legislativo. Um exemplo é o programa "Pé-de-Meia", que oferece um valor de R\$ 200 reais mensais para estudantes do ensino médio que estudem na rede pública para evitar evasão escolar. A viabilização do pagamento do programa, que quase foi suspenso, teve de ser discutida em julgamento no Tribunal de Contas da União (TCU), após recurso de parlamentares da oposição, já que o repasse dos recursos ainda não estava previsto no Orçamento da União.

Em entrevista à Rádio Câmara, o vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), defendeu o posicionamento da FPA em incluir o Plano Safra e o Seguro Rural entre os programas orçamentários que não podem sofrer limitações de repasses. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, previa incluir

quatro tipos de subsídios agrícolas entre as despesas obrigatórias. No entanto, os itens foram vetados pelo poder Executivo.

"Nós sempre defendemos isso com relação ao Plano Safra e aos recursos para o Seguro Rural também: que não possam ser contingenciados por conta dessa possibilidade do agro não postergar decisões", ressaltou Jardim.

Perse

Enquanto se adia o orçamento, na quarta-feira (12), está agendado para a CMO debater, a partir de 10h30, o Benefício Fiscal do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Na audiência, os parlamentares ouvirão o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Robinson Barreirinhas.

A reunião foi agendada para que representantes da Receita Federal prestem esclarecimentos sobre os incentivos concedidos entre abril de 2024 e janeiro de 2025, com base na Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi).

Brasil fará novas reuniões com EUA para discutir taxações

Cadu Gomes/VPR

Por Karoline Cavalcante

O Brasil e os Estados Unidos anunciaram que, nos próximos dias, realizarão uma série de reuniões bilaterais para discutir temas relacionados à política comercial entre os dois países. A informação foi divulgada na tarde de sexta-feira (7), após uma videoconferência entre o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e representantes da administração do presidente norte-americano, Donald Trump (Partido Republicano).

Alckmin avaliou positivamente a conversa, que durou cerca de uma hora, com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, e o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer. "Através deste diálogo, estamos confiantes de que encontraremos novas oportunidades para aprofundar nossa histórica parceria, baseada em laços econômicos sólidos e equilibrados, que envolvem uma ampla gama de setores produtivos", afirmou Alckmin.

Durante a reunião, o vice-presidente mencionou que a balança comercial entre os países é de aproximadamente US\$ 80 bilhões, com um superávit de US\$ 200 milhões para os americanos. Ele também destacou que, entre



Alckmin conduziu a reunião com representantes dos EUA

os dez produtos que o Brasil mais importa dos Estados Unidos, oito não possuem tarifas, e a tarifa média aplicada é de 2,73%, abaixo da média nominal sugerida.

Complementariedade

O Brasil ocupa o 7º lugar na lista dos países com maior superávit comercial de bens para os Estados Unidos. Quando se considera bens e serviços, o superávit comercial dos EUA como o Brasil supera os US\$ 25 bilhões.

Ao final da videoconferência, Alckmin reiterou a intenção do governo brasileiro de fortalecer a complementariedade econômica entre os dois países, buscando aumentar a reciprocidade nas relações comerciais. "[Queremos] fortalecer nos-

sas empresas e, acima de tudo, contribuir para as boas práticas comerciais entre os dois países", afirmou o vice-presidente.

Tarifaço

O encontro aconteceu um dia após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, discursar no Congresso e mencionar o Brasil entre os países que, segundo ele, praticam "tarifas injustas" nas negociações comerciais com os EUA. Trump também citou a China, Índia, México, Canadá, Coreia do Sul e a União Europeia, e anunciou que, a partir do dia 2 de abril, adotará a modalidade de "taxações recíprocas". "Se os outros países nos taxam, nós também vamos taxá-los. Se vale para um

lado, vale para o outro", declarou o presidente norte-americano.

A economia brasileira já enfrenta impactos devido às sobretaxas impostas por Trump em produtos como combustíveis, aço e alumínio. Para o especialista em política internacional, Márcio Coimbra, o Brasil, no momento, não está em posição de realizar negociações comerciais substanciais, e a movimentação do governo parece mais política do que econômica.

"Se Trump quiser retalhar o Brasil por sua posição política em relação a temas como os Brics, ou pela proposta de uma moeda comum entre os países do bloco para substituir o dólar americano, isso pode acarretar sanções que afetem diretamente a economia brasileira. São sanções comerciais, mas com um fundo político", afirmou Coimbra ao Correio da Manhã.

Ele completou destacando que o Brasil precisa de uma aproximação política com o governo Trump, o que ainda não aconteceu. "Então, de pouco adianta uma negociação do vice-presidente em termos comerciais. O governo brasileiro não tem canais diretos de diálogo com a administração Trump, e isso tem impedido o avanço em pautas que poderiam evitar sanções comerciais ao nosso país", prosseguiu o especialista.